

Projeto de Lei n.º 107/XIII/1.^a

8.^a Alteração à Lei nº 53-B/2006, de 29 de dezembro – Atualização do valor da pensão mínima, pensão social e pensão rural ao nível da inflação

Exposição de motivos

Os pensionistas em geral, e os titulares das pensões mínimas, pensões sociais e pensões rurais em particular, são dos grupos populacionais que mais sentem o efeito do aumento real do poder de compra.

Os pensionistas são, em muito casos, cidadãos que necessitam de cuidados de saúde e cuidados especiais, tendencialmente muito acima daqueles que constituem necessidade dos cidadãos em idade ativa. Daí que a recente decisão do Governo de proceder a um aumento das pensões mais desfavorecidas claramente abaixo da inflação prevista para 2016, constitua um sinal de insensibilidade política e social.

Foi com esta visão que, quando em 2000, se fez aprovar na Assembleia da República, a Lei de Bases da Segurança Social, quer a iniciativa do CDS, quer mesmo a do então Governo Socialista liderado pelo Eng.º. António Guterres sentiram necessidade de salvaguardar uma diferenciação para com estes pensionistas.

Explanava a iniciativa do CDS: *“consagramos a equidade social, através da qual o Estado deverá tratar igualmente situações iguais e diferentemente, situações diferentes”,* e ainda que *“este projecto contém um objectivo social: contribuir para fazer recuar a pobreza e a miséria de muitos portugueses idosos, elevando*

consistentemente as pensões mínimas e sociais”, e “acresce, por fim, a possibilidade de estabelecer a diferencialidade nas prestações, de modo a cuidar preferencialmente das situações de maior necessidade, gravidade ou perdurabilidade”.

Por seu turno, a iniciativa do então Governo, referenciava a *“introdução, entre outras medidas, (...), da diferenciação positiva da actualização das pensões de reforma”.*

Com a vigência da Lei 53-B/2006, de 29 de Dezembro, que criou novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social, o valor mínimo das pensões e de outras prestações sociais é indexado ao IAS, e tem como referência *“o crescimento real do produto interno bruto (PIB), correspondente à média da taxa do crescimento médio anual dos últimos dois anos, terminados no 3.º trimestre do ano anterior àquele a que se reporta a actualização ou no trimestre imediatamente anterior, se aquele não estiver disponível à data de 10 de Dezembro”.*

Ora, considerando este fator de actualização, que tem como referência a média anterior da inflação e não a previsão de inflação para o respetivo ano em que se procede ao aumento, os beneficiários da pensão mínima, pensão social e pensão social, sempre que a inflação sobe, tem uma perda real do poder de compra, pois a sua pensão foi atualizada com base numa taxa de inflação mais baixa, o que é especialmente penalizador para quem tem rendimentos muito baixos

É também importante lembrar que em 2010, o então Governo liderado pelo Primeiro-Ministro José Sócrates avançou com o congelamento de todas as pensões, o que significou que as pensões mínimas, sociais e rurais não tiveram qualquer aumento durante a vigência desse Governo.

Foi mais de um milhão de portugueses que tinham trabalhado toda uma vida, que recebiam 189€, 227€ e 246€ de pensão, que o Governo Socialista anterior entendeu chamar para um esforço coletivo a que todos fomos sujeitos.

O CDS-PP entendeu que essa situação era da maior injustiça e da maior gravidade, defendendo a sua alteração com a maior urgência.

Tanto na XI Legislatura, como na XII Legislatura o CDS-PP apresentou várias Iniciativas que previam um aumento das referidas pensões, no mínimo, igual ao aumento previsto da inflação, de modo a que esses pensionistas não viessem a perder poder de compra.

O anterior Governo de coligação PSD/CDS, mesmo já debaixo de um resgate e de um jugo financeiro por parte dos credores, resolveu aumentar a pensão social, pensão rural e pensão mínima acima do valor da inflação, de 189€, 227€ e 246 em 2011 para, respetivamente, 201€, 241€ e 262€ em 2015.

No total, no triénio, procedeu-se a um aumento de 6,2%, o que se traduziu num ganho médio de 221€ anuais no caso da pensão mínima.

Em termos anuais o aumento aconteceu da seguinte forma:

- Em 2012: 3,1%;
- Em 2013: 1,1%;
- Em 2014: 1%;
- Em 2015: 1%

Anualmente a inflação foi:

- Em 2012: 2,8%;
- Em 2013: 0,3%;
- Em 2014: -0,3%;
- Em 2015: 0,5%.

Nestes quatro anos a inflação subiu 3,3 pp, o que permitiu a esses pensionistas um ganho de poder de compra real de 2,9% pp.

Nesse sentido, provamos que é possível cortar em despesas que não são essenciais para dar um pouco mais a quem tem muito pouco.

No final do ano passado o Governo fez aprovar o Decreto-lei n.º 254-B/2015, de 31

de dezembro, que repõe as regras de atualização do valor das pensões do regime geral da Segurança Social e do regime de proteção social convergente, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016.

Em consequência do mesmo as pensões mínimas só irão ter um aumento de 0.4%, o que configura um aumento abaixo da inflação prevista para 2016, que se situa nos 1,5%, segundo previsões expressas no Documento de Estratégia Orçamental 2014/2018.

Em termos nominativos, o aumento de 0,4% destas pensões, traduz-se da seguinte forma:

- Pensão Social: $201\text{€} + 0,4\% = 201,804\text{€}$, que se consubstancia num aumento mensal de 0,80€ e num aumento diário de 0,03€;
- Pensão Rural: $241\text{€} + 0,4\% = 241,964\text{€}$, que se consubstancia num aumento mensal de 0,96€ e num aumento diário de 0,03€;
- Pensão Mínima: $262\text{€} + 0,4\% = 263,048\text{€}$, que se consubstancia num aumento mensal de 1,05€ e num aumento diário de 0,03€.

A efetuar-se o aumento em conformidade com a inflação prevista do Documento de estratégia Orçamental, o valor das pensões será o seguinte

- Pensão Social: $201\text{€} + 1,5\% = 204,015\text{€}$, que se consubstancia num aumento mensal de 3,02€ e num aumento diário de 0,10€;
- Pensão Rural: $241\text{€} + 1,5\% = 244,615\text{€}$, que se consubstancia num aumento mensal de 3,62€ e num aumento diário de 0,12€;
- Pensão Mínima: $262\text{€} + 1,5\% = 265,93\text{€}$, que se consubstancia num aumento mensal de 3,93€ e num aumento diário: 0,13€.

É pois, com o dever de justiça e de verdadeira preocupação social, que o grupo parlamentar do CDS-PP apresenta este Projeto de Lei, para que seja possível não agravar a situação dos pensionistas no próximo ano, nomeadamente dos beneficiários da pensão mínima, pensão social e pensão rural.

Tendo presente que o atual Governo já demonstrou a intenção de aumentar as

pensões abaixo da previsão de inflação para 2016, torna-se necessário corrigir esta situação, para que os beneficiários destas pensões tenham aumentos em linha com o aumento previsível do valor da inflação para 2016.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do CDS-PP abaixo assinados apresentam o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à 8.ª alteração à Lei 53-B/2006, de 29 de Dezembro, consagrando o aumento do valor da pensão mínima, pensão social e pensão rural ao nível da inflação prevista, de forma a não se reduzir o poder de compra dos pensionistas com rendimentos mais baixos.

Artigo 2.º

Alteração à Lei 53-B/2006, de 29 de Dezembro

Os artigos 6.º e 7.º da Lei 53-B/2006, de 29 de Dezembro, passam a ter a seguinte redação:

Artigo 6.º

(...)

1- (...)

2- As pensões mínimas de invalidez, velhice e sobrevivência do regime geral de segurança social, do regime especial de segurança social das atividades agrícolas (RESSAA), do regime não contributivo e regimes a este equiparados, dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas e do complemento por dependência e das pensões mínimas de aposentação, reforma e invalidez atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, I.P. são atualizadas pela taxa de inflação prevista para o ano seguinte no Orçamento do Estado referente, ou caso o mesmo não tenha sido entregue na Assembleia da República até ao final de Dezembro, pela taxa de inflação

prevista no Documento de Estratégia Orçamental mais recente.

- 3- Caso o aumento das pensões previstas no número anterior seja inferior à taxa anual de inflação registada, o mesmo é alvo de acerto, em conformidade com a referida taxa.
- 4- (anterior n.º2)
- 5- (anterior n.º3)
- 6- (anterior n.º4)
- 7- (anterior n.º5)
- 8- (anterior n.º6)
- 9- (anterior n.º7)
- 10-(anterior n.º8)
- 11- (anterior n.º9)

Artigo 7.º

(...)

Sem prejuízo no disposto nos n.ºs 2 e 3 ao artigo anterior, o valor mínimo das pensões e de outras prestações sociais é indexado ao IAS de acordo com os coeficientes constantes do anexo à presente lei, que dela faz parte integrante.

Artigo 3.º

Produção de efeitos

A presente lei produz efeitos ao dia 1 de Janeiro de 2016

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor com o Orçamento do Estado subsequente à sua aprovação

Palácio de São Bento, 20 de janeiro de 2016

Os Deputados